



PERFIL DE ASSISTENTES SOCIAIS GAÚCHOS(AS) E AS MARCAS HISTÓRICAS NO TRABALHO PROFISSIONAL

REIDEL, Tatiana¹

CORRÊA, Laís Duarte²

RESUMO: Este artigo objetiva evidenciar o perfil de Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul e analisar, a partir do método materialista histórico-dialético, como essas características se expressam no trabalho profissional. Trata-se do resultado de uma pesquisa de caráter misto, realizada em 2019-2020, com Assistentes Sociais ativos(as) das Seccionais do CRESS 10ª Região, para a qual realizou-se pesquisa bibliográfica e aplicação de questionário. Utilizou-se análise do tipo inferencial para o tratamento dos dados. Os resultados indicaram que o perfil de Assistentes Sociais, é composto de mulheres (93,79%) brancas (82,77%), católicas (43,93%), e vivem relação conjugal (56,7%). Identificou-se que marcas de origem da profissão subsistem, redefinidas na atualidade, as quais incidem no trabalho profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Perfil; Assistentes Sociais; Trabalho.

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva evidenciar, o perfil de Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul (RS) e analisar, a partir do método materialista histórico-dialético, como essas características se expressam no trabalho profissional.

Para tanto, compreende-se o Serviço Social como “[...] uma *especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social e técnica do trabalho, partícipe do processo de produção e reprodução das relações sociais*” (IAMAMOTO, 2015b, p.83-84, grifos da autora), e o(a) Assistente Social como um(a) trabalhador(a) assalariado(a), partícipe do trabalho coletivo, pois “o trabalho não é a ação isolada de um indivíduo, mas é sempre atividade coletiva de caráter eminentemente social”. (RAICHELIS, 2011, p.423).

¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL; tatyreidel@gmail.com.

² PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL; duarte.lais@hotmail.com

Além disso, é importante destacar que analisar o trabalho dos(as) Assistentes Sociais supõe reconhecer a sua relação dialética com a realidade social, uma vez que é a partir da contradição que nela se conforma, a questão social, no bojo da luta de classes, que surge a necessidade social de sua intervenção. A análise ainda não se faz distante dos sujeitos que “acumulam saberes, efetuam sistematizações de sua ‘prática’ e contribuem na criação de uma cultura profissional, historicamente circunscrita” (IAMAMOTO, 2015b, p.58).

Essa perspectiva ultrapassa uma análise endógena do Serviço Social, do trabalho profissional e do(a) Assistente Social, prisioneira em seus muros internos, tendo em vista que as metamorfoses operadas na questão social, base fundante e objeto de trabalho profissional, repercutem no mercado de trabalho profissional, assim como determinam os processos de trabalho nos quais se inserem os(as) Assistentes Sociais.

Diante do exposto, é importante resgatar que nos últimos anos tem-se vivenciado as consequências das transformações do mundo do trabalho, visto que as ações desenvolvidas pelo sistema capitalista visam favorecer as taxas de lucro e criar novas formas de exploração da força de trabalho. Neste sentido, essas transformações vêm, sobremaneira, impactando a classe trabalhadora, e, com isso, o trabalho de Assistentes Sociais que vivenciam o aprofundamento da precarização nas relações e nas condições de trabalho, suscitando desafios que requerem estratégias coletivas para o seu enfrentamento.

Paralelamente, o contexto é acompanhado pela regressão dos direitos trabalhistas e sociais, advindos da contrarreforma do Estado, convertendo “a lógica de “direitos” por políticas compensatórias, fragmentadas e refilantropizadas [...]” (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p.172), desrespeitando os princípios da universalidade. Neste processo, o Estado restringe-se a satisfazer e a responder às demandas do mercado, incidindo no aumento: das terceirizações; do sucateamento do Estado; e das privatizações de instituições públicas. Vale mencionar que o Estado é o maior empregador da categoria profissional, logo, essas transformações repercutem diretamente nas condições e relações de trabalho, colidindo com os princípios do projeto ético e político e à atual proposta de formação profissional do Serviço Social brasileiro, no que tange à precarização da política de educação brasileira.

Concomitantemente, vivencia-se no mundo a pandemia da COVID-19 que, na particularidade brasileira, além de configurar-se em uma crise sanitária, também acompanha uma crise política, econômica e social, exacerbando ainda mais as expressões da questão social vivenciadas pelo(a)s brasileiro(a)s, desafiando distintos profissionais, dentre ele(a)s assistentes sociais que são impactados tanto no que tange à sua condição de trabalhador(a) no cotidiano profissional de trabalho, quanto em relação ao seu objeto em suas múltiplas refrações, evidenciadas na fome, pobreza, violências de toda a ordem, desemprego estrutural (aumentando assim o exército industrial de reserva), intensificação da precarização do trabalho, etc.

Neste ínterim, especialmente nas últimas três décadas, tem-se acompanhado o crescimento do contingente de Assistentes Sociais brasileiros, que é quase maior numericamente do que tinha-se formado ao longo de toda a trajetória histórica do Serviço Social. Atualmente, o Brasil é o segundo país com maior contingente de Assistentes Sociais, contabilizando, conforme dados do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), aproximadamente 200 mil profissionais com registro nos 27 Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

Entretanto, no que se refere a dados sobre o perfil do Assistente Social no Brasil, o que encontramos de mais atualizado se refere a Pesquisa articulada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) que contou na composição da equipe com colaboradores, um representante de cada um dos 24 conselhos Regionais que configuraram-se como conjunto CFESS/CRESS, cujo relatório final é datado de maio de 2005 (CFESS, 2005) e “ [...] cujos resultados mostraram a necessidade e a potencialidade para as investigações sobre a profissão (TRINDADE, 2013, p.800)”.

Assim, reitera-se a importância de investigar e apreender acerca da constituição identitária da categoria profissional, sem perder de vista que os processos identitários do assistente social conformados historicamente são fruto do significado histórico construído pela profissão nos contextos nos quais se insere, na relação que estabelece com a sociedade, nos movimentos que realiza para dar materialidade a seu trabalho e nos saberes que movimenta para efetivá-lo. Tal apreensão, mediada com as transformações do mundo do trabalho permite compreender e analisar criticamente sobre o significado social da profissão na particularidade do trabalho profissional do(a) Assistente Social.

Estudos recentes sobre o trabalho e a formação profissional de assistentes sociais estão sendo concluídos na região Norte do Brasil, nos estados do Pará e do Amazonas e a interface com uma das Universidades parceiras, via PROCAD Amazônia. Além disso, tem se desenvolvido desde 2019 no estado do Rio Grande do Sul, a pesquisa interinstitucional, censitária, com assistentes sociais ativamente credenciados(as) no CRESS 10ª Região, intitulada “Perfil, Formação e o Trabalho de Assistentes Sociais no RS”, coordenada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e com o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 10ª Região, cujos dados sobre o perfil são apresentados neste estudo.

Os dados foram coletados via questionário, enviados de forma online para 8.503 profissionais ativos(as) no Conselho Profissional e, destes, 2.930 foram respondidos, dos quais 491 correspondem ao universo de profissionais vinculados(as) às Seccionais do CRESS 10ª Região. Utilizou-se, para coleta e armazenamento dos dados a plataforma *Survey Monkey*, que permitiu a análise de variáveis de tipo inferencial e realizou-se tratamento

estatístico simples para os dados que foram mediados com referenciais teóricos da área de Serviço Social.

Enfatiza-se que este processo investigativo oportunizou a consolidação de um rico banco de dados no que tange ao perfil da categoria profissional em âmbito estadual, o desvendamento de dados sobre a formação em nível de graduação e pós-graduação, dados sobre os espaços sócio ocupacionais nos quais trabalham as(os) assistentes sociais, elementos sobre a conformação do trabalho de assistentes sociais diante do rebatimento da crise capitalista contemporânea considerando seus fundamentos e competências profissionais, a constituição do trabalho do/a assistente social no âmbito da supervisão de estágio em Serviço Social; as demandas por educação permanente, a relação da categoria com os espaços organizativos e participativos em que se inserem o(a)s assistentes sociais gaúchos(as).

Portanto, esta produção socializa a sistematização de achados da pesquisa sobre a identidade da profissão articulando-os aos fundamentos do Serviço Social, visto que a não apreensão sobre os mesmos “[...] recorre na não compreensão do(a) Assistente Social como trabalhador(a) assalariado(a) e, portanto, submetido(a) aos dilemas das relações e processos de trabalho como qualquer outro(a) trabalhador(a)” (CORRÊA; REIDEL, 2021).

Compreende-se a relevância deste estudo articulando a investigação e produção de conhecimento em despendar esforços de desvendar a realidade que envolve a categoria profissional na particularidade do RS, considerando o recorte e limitação do tema definido nesta proposta de investigação.

PERFIL DE ASSISTENTES SOCIAIS GAÚCHOS

Os(as) Assistentes Sociais das regiões adstritas às Seccionais que responderam à pesquisa (2.930) representam 34,45% do total de profissionais ativos(as) vinculados ao CRESS 10ª Região. Estes(as), possuem perfil majoritariamente feminino (93,79%) conforme demonstrado na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1- Identidade de gênero de Assistentes Sociais das Seccionais do CRESS 10ª Região

Gênero	%
Feminino	93,79%
Masculino	6,07%
Travesti	0,04%
Não Binário	0,04%
Outros	0,04%
Total	100

Fonte: REIDEL et al, 2021.

Além do gênero feminino, pode-se identificar que há concentração de profissionais entre a faixa etária entre 20 e 39 anos, que totaliza 48,5%, conforme a Tabela 2.

Tabela 2- Faixa etária dos(as) Assistentes Sociais gaúchos(as)

Faixa Etária	%
20-29 anos	12,9
30-39 anos	35,6
40-49 anos	25,7
50-59	20,1
60-69	5,1
70-79	0,4
80-89	0,2
Total	100

Fonte: REIDEL et al, 2021.

Além de profissionais mulheres, jovens, também identifica-se que são brancas (82,77)% conforme demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3- Etnia autodeclarada pelos(as) Assistentes Sociais das Seccionais do CRESS 10ª Região

Etnia	%
Amarela	0,47
Branca	82,77
Indígena	0,18
Parda	8,85
Preta/negra	7,55
Outra	0,18
Total	100

Fonte: REIDEL et al, 2021.

A partir do exposto, identifica-se que o perfil majoritariamente feminino, branco e jovem na profissão se constitui como marca desde seu surgimento (IAMAMOTO; CARVALHO, 2010). Essa marca expressa desigualdades de gênero no mercado de trabalho, destacando-se a desigualdade salarial, cujas faixas são apresentadas na Tabela 4.

Tabela 4- Faixas salariais de Assistentes Sociais das Seccionais do CRESS 10ª Região

Faixa Salarial	%
Nenhum	4,60
Até R\$1.000,00	2,92
De R\$1.001,00 a R\$2.000,00	9,45

De R\$2.001,00 a R\$3.000,00	19,53
De R\$3.001,00 a R\$4.000,00	20,10
De R\$4.001,00 a R\$5.000,00	13,84
De R\$5.001,00 a R\$7.000,00	13,52
De R\$7.001,00 a R\$9.000,00	7,99
De R\$9.001,00 a R\$11.000,00	3,92
De R\$11.001,00 a R\$13.000,00	2,40
De R\$13.001,00 a R\$15.000,00	1,15
Mais de R\$15.001,00	0,57
Total	100

Fonte: REIDEL et al, 2021.

Conforme Tabela 4, identifica-se que há maior concentração na faixa salarial compreendida entre 03 e 04 mil reais (20,10%), seguida pela faixa de 02 a 03 mil reais (19,53%). Destes(as) profissionais, 88 (4,60%) não recebem salário algum, e 56 (2,92%) recebem menos de um salário mínimo. Em nível nacional, no ano de 2019, a média salarial compreendeu R\$ 2.308, e as mulheres receberam R\$ 1.985 (IBGE, 2020), coadunando com a realidade salarial de Assistentes Sociais, conforme exposto. Neste ano, a faixa nacional de salário percebido por mulheres, correspondeu a 28,7% a menos que o salário dos homens.

A persistente realidade de subvalorização da força de trabalho feminina em detrimento da masculina denota a cristalização do preconceito com as profissões consideradas femininas no mercado de trabalho, que se desdobra em baixas remunerações e locais de trabalho precários. Ademais, numa realidade como a brasileira de acirramento do ideário neoliberal, o baixo investimento, a focalização e a fragmentação das políticas e programas sociais contribuem para que o trabalho em Serviço Social, já exposto que predominantemente feminino, continue com remunerações aquém do que lhe seria de direito e para que a categoria de Assistentes Sociais ainda permaneça sem um piso salarial definido. (PIRES, 2017).

Este processo aparece em Yannoulas (2011), que evidencia que as profissões reconhecidamente femininas tendem a ser desvalorizadas socialmente, fazendo com que as respectivas categorias de trabalho que ocupam tenham média salarial baixa e pouco reconhecimento social (como as áreas de Educação e Serviço Social) em relação às profissões caracterizadas como masculinas (como Engenharia, Advocacia):

Postulamos que existe uma intensa relação entre o acesso massivo de mulheres em uma determinada profissão ou ocupação (feminilização, contabilidade de pessoas do sexo feminino ou fêmeas) e a progressiva transformação qualitativa da mesma (feminização, caracterização e tipificação de uma ocupação ou profissão). Com o ingresso massivo das mulheres, diminuem as remunerações e o trabalho perde prestígio social. Sob outra perspectiva, quando as profissões se feminilizam, passam

a ser entendidas como extensão no espaço público da função privada de reprodução social (função dos cuidados). Assim, ao analisar a mudança na existência objetiva de uma profissão (feminilização), é necessário entender como e por que aconteceu a mudança (feminização de atributos, características descritivas que determinam e regulam o exercício da profissão ou ocupação) (YANNOULAS, 2011, p.285)

Chama-se a atenção, que 56,07% vivem em relação conjugal, considerando que 37,90% são casados(as) e 18,17% vivem em união estável em detrimento de 32,08% identificarem-se como solteiros(as) , 8,06% divorciados(as) e 2,24% separados(as) judicialmente e, 1,55% viúvos(as), conforme é possível visualizar na Tabela 5.

Tabela 5: Estado Civil de Assistentes Sociais das Seccionais do CRESS 10ª Região

Estado Civil	%
Casado(a)	37,90
Solteira	32,08
União Estável	18,17
Divorciados(as)	8,06
Separados(as)	2,24
Viúvos(as)	1,55
Total	100

Fonte: REIDEL et al, 2021.

A seguir, na Tabela 6, apresenta-se a vinculação religiosa dos(as) profissionais.

Tabela 6: Vinculação Religiosa de Assistentes Sociais das Seccionais do CRESS 10ª Região

Religiões	%
Católica	43,93
Espírita	21,53
Evangélica	13,12
Umbanda	4,52
Batuque	0,74
Candomblé	0,57
Outros	15,59
Total	100

Fonte: REIDEL et al, 2021.

Considerando o exposto, destaca-se a vinculação de profissionais com o catolicismo visto que a implantação do Serviço Social se dá vinculada a grupos e frações restritos das classes dominantes e, posteriormente, ao conjunto das classes dominantes (IAMAMOTO; CARVALHO, 2010), vinculadas à Igreja Católica, ao conservadorismo e à práticas de caridade, características particulares da profissão também no RS.

Contudo, é importante refletir acerca da porcentagem relativa aos profissionais espíritas (21,53%) e evangélicos (13,12%), com características vinculadas à caridade, e, especialmente a segunda, que corresponde ao avanço do neopentecostalismo no país desde os anos 1980 (MARIANO, 2017), com fortes influências nos campos cultural e político conservador.

Não pretende-se generalizar as vinculações religiosas, pois compreendemos a contradição e disputas ideológicas que as perpassam. Entretanto, é pertinente pontuar que características dessas vertentes coexistem na sociedade, e, portanto, com a profissão. Desta forma, o avanço do conservadorismo e a satanização do marxismo, tendem a incidir na apreensão da questão social e suas expressões como objeto de trabalho, bem como na apreensão da própria categoria trabalho e condição de trabalhador(a) assalariado(a), uma vez que “[...] o atual quadro sócio-histórico não se reduz a um pano de fundo para que se possa, depois, discutir o trabalho profissional” (IAMAMOTO, 2015, p.19).

Portanto, é imprescindível apreender o movimento da realidade em sua concretude e em sua totalidade histórica, em contraposição ao endogenismo, observando que marcas de origem da profissão subsistem, redefinidas na atualidade, conferindo traços peculiares ao exercício profissional (IAMAMOTO, 2013). Isso porque, trata-se de “[...] um processo muito complexo em que rompimentos se entrecruzam e se superpõem a continuidades e reiteraões [...]” (NETTO, 2015, p.178).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se destacando que os dados do perfilamento contribuem para a compreensão da particularidade da categoria profissional no RS, permitindo análises que posteriormente serão aprofundadas e relacionadas ao conjunto de dados sobre o trabalho dos/as Assistentes Sociais. Assim, a relevância do estudo está na sistematização das características dos/as profissionais no âmbito estadual, mas também e, principalmente, no avanço das discussões acerca da ampliação da diversificação e pluralidade deste perfil que mantém características historicamente constituídas presentificadas na profissão, devendo ser identificadas para projeções de estratégias que façam resistência e reafirmem a direção social assumida pelo projeto ético-político profissional.

Compreende-se a relevância e necessidade de estudos nesta direção, de adensamento teórico sobre o desvendamento da realidade e sua incidência no trabalho do(a) assistente social. Comunga-se da compreensão de que os achados da pesquisa além de sua relevância, simbolizam um importante e significativo passo para a categoria e suas entidades político- organizativas no que se refere a investigação de algumas variáveis que possam oferecer contribuições na elaboração de ações e estratégias a serem desencadeadas conjuntamente quanto a conformação do perfil, formação e trabalho do(as) assistentes sociais

e que também contribuirão para o fortalecimento da dimensão pedagógica de atuação dos Conselhos Regionais de Serviço Social.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, L. D., REIDEL, T. Perfil, condições e relações de trabalho de assistentes sociais gaúchos(as). **TEMPORALIS**, v. 41, p. 136-154, 2021.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. Cortez: São Paulo, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. Cortez: São Paulo, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Estudo de uma interpretação histórico-metodológica. Cortez: São Paulo, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Homens ganharam quase 30% a mais que as mulheres em 2019. **Estatísticas Sociais**: Agência IBGE Notícias, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27598-homens-ganharam-quase-30-a-mais-que-as-mulheres-em-2019>. Acesso em: 20 out. 2020.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. Cortez: São Paulo: 2015.

MARIANO, Ricardo. Os neopentecostais e a teologia da prosperidade. **Novos Estudos**, v. 44, n. 44, p. 24-44, 1996.

PAIVA; Beatriz Augusto de; ROCHA; Mirella; CARRARO, Diceane. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista. **SER Social**, Brasília, v. 12, n. 26, p. 147-175, jan./jun. 2010. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12702. Acesso em: dez.2021.

PIRES, Caroline de Melo. O Gênero na História, na Assistência Social e no Trabalho da/o Assistente Social. **Trabalho de Conclusão de Curso**. (Graduação em Serviço Social) - Porto Alegre: UFRGS, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/171181>. Acesso em Dez. 2021,

REIDEL, Tatiana; BARRETO, Carolyne. **Banco de Dados Bibliográficos sobre Trabalho e Formação Profissional**. 2021.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.107, 2011.

TRINDADE, R.L.P. II Colóquio Nacional sobre o Trabalho do Assistente Social. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 116, p. 799-802, out./dez. 2013

YANNOULAS, Sílvia. Feminização ou Feminilização?: Apontamentos em torno de uma Categoria. **Temporalis**, Brasília, v. 11, n. 22, p.271-292, jul. 2011.